

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 2

DIREITOS FUNDAMENTAIS E PROCESSO: ENFOQUE NO PRINCÍPIO DO APROVEITAMENTO	23
---	-----------

2.1. A Questão Terminológica.....	23
2.2. Os Direitos Fundamentais.....	25
2.3. A Influência dos Direitos Fundamentais no Âmbito do Processo e o Princípio do Aproveitamento dos Atos Processuais	31

CAPÍTULO 3

A FORMA E OS MEIOS PROCESSUAIS	47
---	-----------

3.1. A Função da Forma: Equilíbrio entre garantia e entrave..	47
3.2. Formalismo e Formalidade no Processo Civil.....	50
3.2.1. A Evolução da Formalidade	52
3.2.2. A evolução da teoria processual.....	57
3.3. As estruturas do CPC de 1973 e do CPC de 2015.....	61
3.4. Economia Processual, Instrumentalidade das Formas, Instrumentalidade do Processo e Fungibilidade no Âmbito do Processo	66
3.5. As Nulidades no Processo Civil Hodierno: Uma Análise Perfunctória	70

3.6. Hipóteses de Flexibilização Formal na Perspectiva das Nulidades Processuais.....	86
3.7. As Nulidades e a Fungibilidade de Meios.....	98

CAPÍTULO 4

A DISTINÇÃO ENTRE MEIOS E FINS DO PROCESSO E A FUNGIBILIDADE DE MEIOS PROCESSUAIS.....	101
4.1. Breve Introdução.....	101
4.2. Os Fins do Processo e o Conceito de Tutela Jurisdicional....	102
4.3. O Conteúdo Estrutural e os Meios do Processo.....	108
4.3.1. O Conteúdo Estrutural do Processo.....	108
4.3.2. Os Meios Processuais.....	109
4.4. Pedido Mediato e Pedido Imediato.....	114
4.5. A norma da Fungibilidade.....	119
4.5.1. Fungibilidade no Direito Material.....	119
4.5.2. A Fungibilidade no campo do processo.....	126
4.6. A Complexidade Processual e a Fungibilidade de Meios..	146
4.7. A Denominação “Incorreta” de Medidas Judiciais e a Distinção entre Pedido e Necessidade: Os Limites da Fungibilidade de Meios.....	150

CAPÍTULO 5

APLICANDO A FUNGIBILIDADE DE MEIOS: HIPÓTESES DE DÚVIDA OBJETIVA POSITIVA – 1ª PARTE.....	157
5.1. Considerações iniciais.....	157
5.2. Fungibilidade quanto às formas de intervenção de terceiros: a dúvida entre denunciação da lide e chamamento ao processo.....	158
5.3. Fungibilidade entre as medidas de urgência cautelares e antecipatórias: A dúvida entre medida antecipatória e medida cautelar.....	162
5.4. Fungibilidade de procedimentos: – a dúvida acerca da existência de procedimentos fungíveis.....	168

5.5. Fungibilidade entre ação rescisória e ação anulatória: a dúvida entre ação rescisória e ação anulatória	177
5.6. A Fungibilidade entre os recursos.....	180

CAPÍTULO 6

AS DEMAIS HIPÓTESES DE DÚVIDA OBJETIVA POSITIVA E AS HIPÓTESES DE DÚVIDA OBJETIVA NEGATIVA.....	209
6.1. Considerações introdutórias.....	209
6.2. Fungibilidade entre Embargos de Terceiro fundados na posse e Oposição fundada na posse: dúvida objetiva causada pelo fato de a oposição ter se transformado em uma ação e ambas as ações serem fundadas na posse do terceiro.....	209
6.3. Fungibilidade entre os procedimentos de medida cautelar antecedente e produção antecipada de provas para requerer a exibição antecedente de documentos	210
6.4. A discussão entre Agravo Interno e Mandado de Segurança para a impugnação das liminares em Agravo de Instrumento no período da pandemia causada pelo COVID-19 : a ausência de dúvida objetiva entre agravo Interno e Mandado de Segurança para a impugnação das liminares em Agravo de Instrumento	214
6.5. Fungibilidade entre impugnação do devedor, embargos à execução extrajudicial e embargos de terceiro como meios de defesa dos bens do cônjuge ou companheiro do executado.....	215
6.6. Fungibilidade entre os meios de depósito para suspensão da exigibilidade do crédito tributário ou impedimento da sua constituição: dúvida entre processo administrativo, antecipação da tutela, medida cautelar inominada ou liminar em mandado de segurança	219
6.7. A fungibilidade entre meios coercitivos como demonstração da congruência entre o pedido mediato e o provimento judicial respectivo nas execuções indiretas.....	221
6.8. Hipóteses de Dúvida Objetiva Negativa.....	235
6.8.1. As dúvidas objetivas negativas causadas por alterações na legislação processual	235

6.8.1.1. As inovações processuais e a fungibilidade no âmbito do direito processual intertemporal.....	237
6.8.2. A Fungibilidade de “leading case” processual.....	241
6.8.3. A Fungibilidade da decisão que tem natureza de outra	245

CAPÍTULO 7

COMO OPERAR A FUNGIBILIDADE NO PROCESSO CIVIL 249

7.1. Compreender a diferença entre os princípios da fungibilidade e da instrumentalidade das formas.....	249
7.2. Compreender o mito do profissional incompetente e o risco da utilização literal do termo “princípio da fungibilidade”	251
7.3. Demonstrar, didática e objetivamente, a dúvida jurisprudencial: a falta de clareza do sistema.....	253
7.4. Concluir efetuando pedidos subsidiários de conversão ou aproveitamento do meio utilizado, não fundados na literalidade do princípio, mas em razoabilidade e proporcionalidade: a ideia de bom senso	254
7.5. Entender a distinção entre norma da Fungibilidade estruturada como regra e a norma da fungibilidade estruturada como princípio.....	256
7.6. Compreender que a tipicidade dos meios processuais tem nexu puramente normativo: sua imprescindibilidade é questionável.....	260

NOTAS CONCLUSIVAS..... 263

BIBLIOGRAFIA..... 277